

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTES À CONSULTA PÚBLICA Nº 01 /2013

IMPORTANTE: As contribuições que não se tratem de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail cnap.consulta@planalto.gov.br. Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

NOME/IDENTIFICAÇÃO: Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins - SindaRio
CPF/CNPJ: 32363772/0001-84

EXTRATO: Proposta de alteração na cobrança das manobras intermediárias

COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM- CNAF

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS- NOTA TÉCNICA

As manobras intermediárias (fundeio, mudança de berço etc.) sofreriam depreciações nos seus preços, em função das distâncias muito pequenas e do fato de não haver necessidade do embarque e desembarque de prático fora de barra, faina sempre arriscada.

Incluir regras para fixação de preços máximos para manobras intermediárias, ou seja, manobras de/para áreas de fundeio e posterior de/para berços e barra, e regras para manobras entre berços no mesmo porto.

Regulação de preços de serviços de Praticagem (manobras intermediárias de embarcações):

a. Manobras de/para área de fundeio

Regulamentar e fixar os preços máximos dos serviços de praticagem para realização das manobras de/para áreas de fundeio, visando incentivar os armadores para utilizarem essas áreas. Os preços máximos devem estar de acordo com as especificidades das manobras (ou seja, considerando risco, dificuldade e tempo gasto). Assim, espera-se baratear essas manobras, tornando-as atraentes para os armadores, sem adicionais de custos finais de praticagem. A utilização das áreas de fundeio iria acelerar a dinâmica de atracação e desatracação, contribuindo para a segurança das embarcações, reduzindo o número de embarcações fundeadas fora da área abrigada (fora de barra), reduziria riscos de acidentes, agilizaria as manobras de/para berços de atracação nos portos e aumentaria a eficiência do sistema portuário, por meio da redução da ociosidade dos terminais/berços, entre outros.

Uma sugestão para criação de metodologia para cálculo dos preços seria: limitar os preços de/para área de fundeio a valores que não aumentem o custo final dos serviços de praticagem no porto.

Assim, o preço final das duas manobras (barra-fundeio + fundeio-porto/atracado e vice-versa) seria o mesmo cobrado de uma manobra direta (barra - porto/atracado e vice-versa), sem a utilização da área de fundeio. Adicionais eventualmente cobrados por essas manobras seriam de valores mínimos, para não inviabilizar a atratividade para utilização das áreas de fundeio, principalmente para navios de contêineres.

Essa metodologia seria aplicada nos portos com áreas de fundeio já homologadas e que estejam no interior das áreas abrigadas dos portos (exemplos: Baía da Guanabara, Baía de Sepetiba e Baía da Ilha Grande).

Obs: Na medida em que as sugestões acima forem aceitas e adotadas, faremos esforços junto à Autoridade Portuária e SEP para ampliação, regulamentação e homologação de novas áreas de fundeio.